

**ATA DA III REUNIÃO ORDINÁRIA DO COMITÊ MUNICIPAL DE POLÍTICAS PÚBLICAS DE
DROGAS E ÁLCOOL**

6 DE MAIO DO ANO DE 2014

AUDITÓRIO D 26º ANDAR DO EDIFÍCIO MARTINELLI - CENTRO/SP,

MEMBROS TITULARES: CRISTINA MARIA VISCOME (SMADS), AIRTON JOSÉ MARANGON (SMC), EUCLIDES CONRADIM (GCM), CLÁUDIO SILVA LOUREIRO (PROJETO QUIXOTE), LEONARDO PINHO (INCLUI MAIS), NATHÁLIA OLIVEIRA DA SILVA (É DE LEI), CRISTIANO ÁVILA MARONNA (IBCCRIM), ANTÔNIO SÉRGIO GONÇALVES (SEDES) GISELE NANINI MATHIAS (SEE), ELISABETH MASSUNO (SSP), GEORGE HATO (CMSP);

MEMBROS SUPLENTE: STELLA MARIS COLONATO (INCLUI MAIS);

MEMBROS COM AUSÊNCIA JUSTIFICADA: MARIA SILVIA CAVASIN MATANÓ (SME), MYRES MARIA CAVALCANTI (SMS), LEDA SUELI DE ARRUDA MARTINS (SEME), CID VIEIRA DE SOUZA FILHO (OAB), ROSÂNGELA ELIAS (SES).

DEMAIS PRESENTES: LÚCIA SOUZA (SES), MAIA AGUILERA (SNJ), MIRMILA MUSSE (SMS), BRENDA ROLEMBERG DE LIMA (SNJ), JULIANA BUENO (SMDHC).

Sob a Coordenação do **Sr. Aristeu Bertelli** deu-se início a reunião com um informe da Assessoria Especial de Políticas sobre Drogas da SMDHC. O **Sr. Aristeu** explicou que está em curso sua exoneração do cargo que ocupa na SMDHC e que desde o dia 22 de abril, está em um período de transição, finalizando algumas pendências. Esclareceu que há alguns anos havia prestado um Concurso Público e que estava aguardando o chamamento de seu grupo. Explicou que a SMDHC tem se organizado para suprir a falta de um assessor, principalmente via Gabinete, Secretaria Executiva de Órgãos Colegiados, Coordenação de Participação Social e o estagiário da Assessoria Especial sobre Drogas. Disse que o Comuda compõe esse sistema de participação social da Prefeitura e que deve ser cada vez mais fortalecido. Desculpou-se por sua ausência nesse período de transição e se responsabilizou pelo hiato em que o Comuda não se reuniu, deixando de contribuir, por exemplo, para a Marcha da Maconha. Disse que um ponto que merece atenção e que deve ser acolhido de forma especial é a revisão do Regimento Interno, além de outras demandas externas que necessitam de nossa atenção, como o mês da luta antimanicomial, entre outros. Ressaltou que São Paulo é uma cidade com um número de habitantes quatro vezes maior que o Uruguai e que apesar de estar saindo do Comuda, é importante que todos tenham sempre em mente a dimensão ampla que este Conselho abarca, servindo de referência para o país.

Passado esse informe, passou a palavra para o **Sr. Eduardo Santarelo** que apresentou a pesquisa que a Secretaria Executiva de Órgãos Colegiado da SMDHC está realizando

em todos os conselhos. O Sr. Aristeu recebeu uma mensagem do Conselheiro Bruno Logan justificando sua ausência em razão de um imprevisto no trabalho e do Conselheiro Bruno Torturra, também justificando a ausência. O **Sr. Eduardo (SMDHC)** entregou uma cópia do questionário para cada Conselheiro e explicou que essa coleta de informações tem por objetivo melhorar o fluxo e aprimorar o transcorrer das atividades do Conselho.

O **Sr. Aristeu** esclareceu que a pesquisa pode ser encaminhada por e-mail e que gostaria de dar seguimento a uma pauta que lhe preocupa, que é a revisão do Regimento Interno do Conselho. Disse que na primeira reunião do Conselho havia um consenso de que revisariamos o Regimento e após esta revisão elegeríamos os Coordenadores do Conselho, mas de forma que houvesse uma rotatividade. Explicou que após a primeira reunião do Comuda a Assessoria Especial encaminhou um link para colher propostas e sugestões sobre o Regimento Interno, sendo que o simples compartilhamento desse link possibilitava colher sugestões para além dos Conselheiros. Disse que na medida em que pode acompanhar a ferramenta, não foi feito uso expressivo, portanto conclui ser necessário rever se este procedimento é o mais assertivo. Ressaltou que mesmo levando em conta que a Lei que cria o Comuda é defasada e faz menção à Lei de política de drogas de 1976, é importante revermos o regimento e pensarmos em seguida na proposta de um PL para revisão da Lei que sustenta o Conselho. Questionou os Conselheiros se a ferramenta era suficientemente convidativa, ou se é necessário retomar a proposta de um GT para se debruçar sobre o regimento.

A **Sr. Elisabeth Massuno (SES)** pediu que fosse incluída à ata que não recebeu o link para revisão do Regimento Interno.

O **Sr. Cláudio (Proj. Quixote)**, informou que acessou o link, mas que é preciso propiciar um novo momento para contribuições.

A **Sra. Nathália (É de Lei)**, lembra que haviam encaminhado a criação de um GT que submeteria uma proposta para os Conselheiros para sugestões de alterações em uma reunião Extraordinária. Disse que após a primeira reunião do Comuda, ela sentiu falta da criação de uma ferramenta de interlocução e comunicação entre os Conselheiros, para que não dependam exclusivamente do Governo. Quanto ao Regimento, sugere que aconteça uma Reunião Extraordinária após um estudo prévio realizado por um GT, encaminhando isso de maneira mais rápida.

O **Sr. Aristeu**, explicou que a idéia da ferramenta era a facilidade de trabalhar previamente todas as questões, mas que isso não exclui a possibilidade de uma reunião dos membros da sociedade civil que participam do Conselho, pelo contrário, isso é algo completamente legítimo, da mesma maneira que pode ser feito pelos membros do governo e faz parte do processo de construção participativa. Disse que gostaria de sugerir um encaminhamento, para que de imediato seja encaminhada a lista completa de nomes e contatos do Comuda para que os Conselheiros possam se articular independentemente da convocação do Conselho.

A **Sra. Brenda Rolemberg (SNJ)**, gostaria de um esclarecimento da razão de não ter sido marcada a Reunião Extraordinária que havia sido deliberada na reunião anterior, pois isso acaba atravancando o andamento do Conselho. Disse que poderia ser pensada, inclusive, a realização de reuniões extraordinárias quinzenais, para amadurecer e dar celeridade às ações do Comuda.

O **Sr. Aristeu**, disse que está assumindo a responsabilidade por boa parte das questões que não foram encaminhadas, que houve outras dificuldades, mas sobremaneira, em função da sua saída da SMDHC. Pontuou que a ferramenta de revisão do Regimento foi encaminhada, mas que não houve muita adesão a este instrumental. Explicou que no cotidiano a Assessoria Especial acabou assumindo o papel de coordenação, presidência e tarefas de Secretaria Executiva. Em relação à proposta de diversas reuniões Extraordinárias, disse ser preciso alinhar melhor qual a disposição e disponibilidade dos Conselheiros para isso. Ressaltou que é preciso que todos se apropriem do Regimento para que possamos chegar à reunião Extraordinária com subsídios para encaminhar o novo Regimento. Questionou se há mais alguma sugestão e nenhum Conselheiro se manifestou. Constatou que há um consenso a respeito da Reunião Extraordinária para pautar exclusivamente o Regimento, no entanto disse que não ficou claro como se dará o trabalho anterior à Reunião Extraordinária.

O **Sr. Cláudio (Proj. Quixote)**, sugere que haja um GT via internet para apropriação.

A **Sra. Brenda (SNJ)**, disse que podemos trabalhar na internet desde que tenhamos o encaminhamento de uma reunião para deliberar.

A **Sra. Elisabeth Massuno (SES)**, concorda com as propostas, mas ressalta a importância de que todos leiam para se apropriar. O **Sr. Aristeu** constata um consenso para que haja um período de 15 dias para apropriação via internet e então uma reunião Extraordinária. Foi consensuado marcar a reunião Extraordinária para a semana do dia 20 de maio, preferivelmente no dia 20.

A **Sra. Elisabeth Massuno (SES)** pediu a palavra para sugerir uma periodicidade nas reuniões ordinárias, por exemplo todas as primeiras terças-feiras de cada mês.

O **Sr. Aristeu** esclareceu que é o que gostaria, mas que há uma dependência do espaço físico para as reuniões e que a SMDHC ainda não possui estrutura para garantir essa periodicidade de espaço e data.

A **Sra. Brenda (SNJ)** propôs que quando houver uma reunião extraordinária ela seja realizada no auditório da SMDHC, já que há maior facilidade para reserva do espaço.

O **Sr. Márcio (Proj. Quixote)** disse que pode ver na sua instituição a possibilidade de um espaço para nos reunirmos na Aclimação, disse que ira verificar a disponibilidade e ira nos informar em seguida.

O **Sr. Aristeu** reafirma que teremos 15 dias para nos apropriarmos e retoma que a sugestão inicial dos Conselheiros era que não houvesse um presidente fixo, de modo que houvesse algum tipo de rotação na coordenação do Conselho.

O **Sr. Leonardo Pinho (Inclui Mais)** disse que no dia 18 de maio haverá um ato na região central e esse ano houve um posicionamento mais incisivo da organização do evento. Explicou que estão propondo o fechamento do CRATOD e a criação de um centro de cultura e convivência no espaço. Disse que também estão propondo o “não ao Programa Recomeço”, programa em que é repassado cerca de 1.400 reais aos donos das clínicas e comunidades terapêuticas que internam as pessoas. Pontuou que o CONDEP fará uma vistoria nas comunidades terapêuticas vinculadas ao Programa Recomeço. Disse que também haverá um questionamento ao Programa De Braços Abertos, para que comece a implementar novas estratégias. Relatou que houve uma reunião com o Prefeito em que ele concordou com essa pauta e a Sra. Luciana Temer se comprometeu a convocar uma reunião com Secretários e sociedade civil para avançar nas propostas de estratégias. Ressaltou que haverão agendas no Estado inteiro.

O **Sr. Cláudio (Proj. Quixote)** pontuou que a questão da criança e adolescente está crítica na Luz.

A **Sra. Stella (Inclui Mais)** explicou que no dia 15 de maio, das 13h00 às 17h00, sairão dos CAPS e irão até a Helvetia para interagir com os usuários como forma de aquecimento para o ato do dia 18.

O **Sr. Leonardo Pinho (Inclui Mais)** explicou que o território da Helvetia está em disputa, que há diversas empresas interessadas naquela região e que o ato do dia 15 é muito importante para reafirmar aquele espaço como de cidadania. Por fim, no dia 9, sexta-feira, em frente à Subprefeitura de Santo Amaro haverá uma feira de economia solidária com usuários de Centros de Convivências e CAPS essencialmente da região Sul. E dia 10 de maio, no Parque Mario Covas, na Av. Paulista, haverá outra feira de economia solidária. E dia 16 de maio o CREMESP junto à UNIFESP está chamando um debate sobre economia e saúde mental, pensando na discussão do custo das políticas públicas, será um debate muito importante principalmente pela divergência de posições na mesa. Disse que a atividade ocorrerá no Campus da Vila Clementino da UNIFESP, das 13h00 às 17h00 desse evento será publicado um livro pelo CREMESP. Disse que se compromete a encaminhar informes sobre cada um desses eventos e pediu que o Aristeu encaminhe para a rede.

A **Sra. Nathália (É de Lei)**, pediu a palavra, pois gostaria de perguntar algumas coisas. Disse que é bastante importante o espaço que a Prefeitura deu não renovando os contratos com as comunidades terapêuticas e se sente bastante incomodada na forma como o dinheiro público é gasto para sustentar políticas públicas que não possuem comprovação científica. Sugeriu que seria bastante simbólico se o Comuda se posicionasse, por meio de uma nota pública, em relação especialmente ao CRATOD e ao programa Recomeço. Gostaria de perguntar se as reuniões do GEM são abertas aos membros do Comuda, ou se é apenas um Conselheiro que pode participar. Também fez um questionamento a respeito da redução de danos na virada social. Disse que o ECA está fechado por um período para reforma e que toda terceira terça feira do mês ocorre a reunião do Fórum Municipal sobre drogas, que reúne cerca de 60 trabalhadores por mês, trazendo as percepções de quem está na ponta. Relatou que na última reunião foi tirada uma carta que foi repercutida pelo É de Lei, em que se

pontua principalmente a necessidade de um plano articulado para gestão, principalmente devido ao grande contingente de OS que prestam serviços e não se comunicam entre si. Outra dúvida dos trabalhadores é como as verbas das OS devem ser gastas, eles acham que se houvesse uma clareza em relação a isso, haveria um empoderamento dos trabalhadores para cobrar ações das OS. Disse que irá encaminhar a carta para o Conselho.

O **Sr. Cláudio (Proj. Quixote)** disse julgar fundamental o posicionamento do Comuda apoiando o mês da luta antimanicomial e se opondo às comunidades terapêuticas.

O **Sr. Cristiano Maronna (IBCCRIM)**, ressaltou que hoje esse programa da comunidade terapêutica existe no país inteiro e que a SENAD há 6 anos ou mais repassa verbas para essas comunidades, então este é um quadro bastante irreversível. Sugere que hoje devemos cobrar uma relação mais transparente dessas comunidades e uma fiscalização maior sobre as mesmas. Pontuou que a luta tem que ser para tentar dar transparência para essa relação e tentar regulamentar isso, para que os critérios de repasse sejam conhecidos e adequados.

O **Sr. Leonardo Pinho (Inclui Mais)**, ressaltou que o Ministério da Saúde tem critérios mais claros que o SENAD. Destacou que o problema é a inclusão das comunidades terapêuticas dentro do SUS, pois diferentemente das OS em que a gestão é pública, as comunidades terapêuticas são equipamentos privados que pegam dinheiro do SUS. Disse que dentro da comparação de critérios, o MS é muito mais rigoroso que a SENAD, então devemos exigir que a SENAD adote pelo menos esses critérios. A partir dos critérios do MS, apenas duas comunidades estariam regulares. Pontuou ainda a questão religiosa que está ligada à fundação das comunidades e que está muito presente ainda hoje.

O **Sr. Cristiano (IBCCRIM)**, disse que concorda com o entendimento, mas que hoje há uma carência de serviços que apenas as comunidades terapêuticas podem suprir, e como essa relação já esta posta há anos, precisamos exigir uma fiscalização rígida e uma legislação clara.

O **Sr. Sérgio (Sedes)** disse que a questão da transparência é fundamental, mas que não podemos assumir que quando o Estado não consegue suprir uma necessidade, a busca para compensar a falta do Estado deve desconsiderar outros fatores e acolher a única ou primeira opção que lhe for ofertada. É uma preocupação de que, a partir da Lei 10.516, construindo a rede de atenção psicossocial, nós nos percamos na negociação com os interesses. Ressaltou que o Estado brasileiro deve se colocar como política pública e não política de caráter privado. Disse que conhece algumas organizações que fazem um trabalho muito bom, tanto que não se conveniam ao Estado. Destacou que se por um lado estamos encaminhando a discussão regimental, já participou em outros Conselhos nesse momento e sabe que uma mesa diretora teria o papel de publicizar as ações do Conselho, portanto tem um questionamento se conseguiremos nos mobilizar para que essa carta de fato seja publicada e publicizada.

A **Sra. Maria Lisabete (SMDHC)**, explicou que há uma sessão de Participação Social dentro do Site da Prefeitura em que há espaços para publicar as deliberações do Conselho e as atas das reuniões.

A **Sra. Juliana (SMDHC)** se colocou à disposição para ajudar da forma como puder os Conselheiros e disse que tem quase certeza que apenas as portarias que servem para substituição de membros e ofícios podem ser publicadas no D.O.M. pelo Conselho, mas se prontificou a fazer uma pesquisa mais detalhada sobre publicações no D.O.M.

O **Sr. Aristeu** sugeriu como encaminhamento que a Juliana e a Brenda se articulem para que possamos esclarecer essa questão.

A **Sra. Brenda (SNJ)** ressaltou que o Conselho está em uma fase de formação e o primeiro passo seria o regimento. Pontuou que isso será fundamental para o Conselho conseguir andar de forma desvinculada à SMDHC, pois a partir daí poderemos fazer considerações, mas também deliberar sobre a política pública.

A **Sra. Nathália (É de Lei)** disse que o Conselho tem autonomia e pode fazer uma carta, a sua capacidade de publicação no D.O.M. não pode impedir que o Comuda se manifeste. Em relação às comunidades terapêuticas, disse que já existe um consenso do poder público, que não renovou o contrato com as comunidades terapêuticas e acredita que pode ser feita uma carta simples com aquilo que temos como consenso nesse Conselho para encaminharmos através dos meios de comunicação, se possível fazendo chegar até a SENAD.

O **Sr. Aristeu** ressaltou que a dificuldade de não termos uma Secretaria Executiva já trabalhando não impediu que consolidássemos um mailing, basicamente constituído pela Conferencia Municipal de drogas, que possui cerca de 600 contatos. Também disse que o Conselho tem uma página no Facebook e precisamos decidir como operar essa ferramenta.

O **Sr. Leonardo Pinho (Inclui Mais)** disse que os Conselhos tem a finalidade de institucionalizar as decisões, e que, por isso mesmo, toda decisão deve ser pensada, resguardando-se uma certa operacionalização da tomada de decisões, uma vez que, fazê-las nesse espaço é diferente de fazê-la em outros foros. Disse que diz isso porque não sabe se os posicionamentos do Conselho são homogêneos e o debate das comunidades terapêuticas, por exemplo, deixou claro que apesar de haver concordâncias, não há um consenso para deliberar. Sugere que o Comuda se posicione sobre o Programa Braços Abertos e o Programa Recomeço, e queria sugerir como próximas pautas da reunião Ordinária o Programa Recomeço e o Braços Abertos. Disse que é importante que nessa próxima reunião Ordinária a SES se faça presente e possa trazer informes sobre os avanços do Programa, bem como o governo do município faça o mesmo sobre o Braços Abertos. Concluiu dizendo que uma nota simples de apoio às atividades dos movimentos, sem apoiar especificamente as pautas sustentadas, daria conta deste manifesto do Comuda.

O **Sr. Sérgio (Sedes)** resalta que a pauta é extremamente importante, mas tem um certo receio de que junta-las em um mesmo encontro acabe por alisar diferenças que

devem ser discutidas. Propõe que usemos uma reunião Ordinária e em seguida outra Extraordinária para que possamos nos apropriar suficientemente.

A **Sra. Brenda (SNJ)**, disse que concorda com o que foi dito, mas acha que podemos nos pretender a debater os dois programas em uma reunião Ordinária e havendo a necessidade de convocar outra reunião Extraordinária nós o fazemos.

O **Sr. Aristeu** constata que há um consenso para que apresentemos os dois programas em uma reunião e havendo necessidade convoquemos uma reunião Extraordinária para continuar o debate.

A **Sra. Mirmila Musse (SMS)**, disse que não há problema por parte da SMS e concordou em articular uma apresentação com a SMDHC.

O **Sr. Aristeu** disse que esse conselho vai debater questões que envolvem sim o Estado, mas por conta da dimensão dessa cidade dentro do Estado e dentro do país, não podemos nos acanhar para discutir aquilo que queremos como mundo. Informa que deixa hoje esse Conselho, mas o Gabinete, a Coordenação de Participação Social, o estagiário da Assessoria Especial e a Secretaria Executiva dos Órgãos Colegiados serão as referencias na SMDHC para interlocução do Comuda. A reunião encerrou-se às 16h30.

Encaminhamentos

- Reunião Extraordinária marcada para a semana do dia 20 de maio com local e horário a serem definidos, e a pauta é a discussão sobre o regimento interno;
- Até o dia 20 de maio, os membros do Comuda trabalharão numa versão online do regimento que será apresentada e discutida na reunião do dia 20 de maio;
- Reunião ordinária subsequente marcada para o dia 6 de junho, com local e horário a serem definidos, na qual a pauta é a discussão sobre o programa Braços Abertos da prefeitura, e o Programa Recomeço, do Governo do Estado. Caso os participantes do conselho julguem necessário, marcarão uma Reunião Extraordinária para sanar o assunto.
- Nota do Conselho em apoio ao Mês da Luta Antimanicomial

COMUDA divulga nota em apoio às atividades do Mês da Luta Antimanicomial.

Conselho Municipal de Políticas Públicas sobre Drogas e Álcool destaca a importância das atividades para a promoção dos direitos humanos

O Conselho Municipal de Políticas Públicas sobre Drogas e Álcool da cidade de São Paulo (COMUDA) saúda e apoia as manifestações, eventos e atividades do Mês da Luta Antimanicomial, que tem tornado maio o mês da luta pelos direitos dos (as) usuários (as) de serviços para saúde mental, álcool e outras drogas.

O COMUDA, que tem como objetivo discutir, promover, avaliar e fiscalizar as políticas públicas de álcool e outras drogas no município, na perspectiva da garantia dos direitos humanos e da inclusão social, decidiu por consenso, em sua reunião ordinária do dia 6, destacar a importância das atividades do Mês da Luta Antimanicomial para a promoção dos direitos humanos e, principalmente, para dar visibilidade à necessidade de avançar nos direitos dos (as) usuários (as).

Convidamos todas as entidades, movimentos, organizações, coletivos, gestores públicos, usuários (as), familiares e militantes a participar das atividades do Mês da Luta Antimanicomial e também a encaminhar suas propostas e ideias ao COMUDA para avançarmos nas políticas públicas de álcool e outras drogas que ampliem os direitos dos usuários e usuárias no município de São Paulo.